

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORRETO BRAZILIENSE Class.: 1054

Data 04/05/86 Pg.: _____

Meta de Jucá é demarcar a área indígena

Apesar de não ter nenhuma intimidade com a problemática indígena brasileira, o novo presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá Filho, garantiu que não terá a preocupação de executar uma política integracionista das nações tribais à sociedade envolvente. Ele acredita que a integração decorre de um processo, cujo avanço deve ser cauteloso para não ferir as características culturais dos grupos indígenas.

Romero Jucá aponta a questão da terra e a preservação cultural dos povos indígenas como pontos básicos do problema do índio brasileiro. Com efeito, assegurou que a delimitação e demarcação das reservas indígenas é prioridade na sua administração. Ao lado disso pretende elaborar uma proposta de atuação que não seja conflitante com as peculiaridades culturais das nações indígenas, a fim de que não ocorra nenhuma desconfiguração dos traços inerentes a cada tribo. Ele acredita que a forma de abordagem dessa questão deve ser pautada no respeito às tradições e a cultura de cada povo.

A linha básica de ação será o Estatuto do Índio, que define a política indigenista oficial. Entretanto, o novo presidente da Funai pretende desenvolver seu trabalho, cuja proposta está centrada no diálogo, ouvindo entidades e instituições ligadas à questão indígena. Pretende envolver a sociedade num amplo debate sobre o índio brasileiro com a participação da Igreja e de parlamentares, pois acha que a melhoria das condições de vida das comunidades é uma questão de interesse nacional.

Conforme Romero Jucá, operacionalmente, a proposta de descentralização da Funai — herança deixada por Apoena Meirelles — está voltada para duas linhas: delimitação e demarcação das terras e a outra é assistência ao índio nas aldeias. Em síntese, a Funai deve ir de encontro ao índio, evitando que ele se desloque até Brasília. Segundo ele, isso será possível através da regionalização das ações do órgão, que permitirá uma reestruturação de acordo com a realidade de cada região.

Ele refuta a idéia de que a descentralização da Funai resultará em prejuízo para as comunidades indígenas, considerando que as forças políticas podem interagir nas superintendências regionais de forma contrária aos interesses do índio. A proposta, conforme ele, é uma decisão de Governo que visa a fazer com que o protetor do índio — no caso a Funai através dos superintendentes — cumpra o seu papel, ou seja, defenda os interesses das comunidades. Para Jucá, nesse jogo de pressões e contrapressões, a Funai tem, no mínimo, a obrigação de atingir o empate, de maneira que do índio não sejam mais subtraídos direitos.

Ontem pela manhã, Jucá efetivamente começou a exercer o seu novo cargo. Convocou alguns diretores da Funai e pediu um levantamento dos principais pontos de conflitos existentes nas áreas indígenas que vivem mineração e invasão de território. A intenção é analisar cada situação, em separado, buscando uma solução.